



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

APROVADO
Sala das Sessões 10/ junho 1994
Presidente

P=A=R=E=C=E=R

ASSUNTO : Projeto de Lei nº 022/91, datado de 31 de maio de 1.991, que autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer doação de lenha ao CIME - CENTRO DE INTEGRAÇÃO DO MENOR, conforme específica.

A COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições regimentais, relativamente ao projeto de lei em apreço emite o seguinte parecer :

CONSIDERANDO que o artigo 26, inciso II, letra " a " da Lei Orgânica Municipal, permite a dispensa de licitação quando a doação de bens móveis do município se fizer para fins de interesse social.

" Artigo 26

A alienação de bens do Município, subordinada a existência de interesse público devidamente justificado, será sempre precedida de avaliação e obedecerá as seguintes normas :

- I -
- II - Quando móveis, dependerá de avaliação prévia e de licitação, dispensada será nos seguintes casos :

a) Doação, permitida exclusivamente para fins



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO LARGO

ESTADO DO PARANÁ

- b)
c)
d) "

CONSIDERANDO que a doação se fará a uma entidade assistencial - **CIME - Centro de Integração do Menor**, sociedade filantrópica sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, e cujos objetivos e metas estão amplamente definidos e justificados na exposição de motivos do Excelentíssimo Sr.Dr. Prefeito Municipal;

CONSIDERANDO o sobrepujante **interesse social** - da doação, que tem por objeto 400,00 m³ de lenha advinda do desmate de uma área de propriedade do Município, matriculada - sob nº 9.378 no C.R.I. desta Comarca, e cuja avaliação alçou a importância de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil cruzeiros), conforme laudo de avaliação de nº 019/91 , emitido pela Comissão Permanente de Avaliação da Prefeitura Municipal em 03 de junho de 1.991;

CONSIDERANDO que esta lenha já se encontra estaleirada, ao desabrigo, passível portando de deterioração e de desaparecimento por furto, eis que sobre ela não se exerce vigilância assídua;

CONSIDERANDO que o desmate se fez ao abrigo da lei, e deixando-se de lado outras abstrações que aqui não cabem ser levantadas, resumindo-se a análise pura e simples da viabilidade da doação e suas implicações no âmbito da Lei Orgânica, esta Comissão de Finanças e Orçamento emite parecer favorável e referenda a aprovação do Projeto de Lei nº 022/91, da do seu interesse social relevante, estando como já frisado, perfeitamente dentro dos extritos parâmetros da lei.

Edifício da Câmara Municipal,

Sala da Comissão, Quarta-feira 05 de junho de 1991

EMÍDIO PIANARO JÚNIOR

Ver. Presidente